

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento que um foco de poluição de cianobactérias, vulgarmente referidas como “bloom de algas” atingiu o Rio Tejo em Vila Velha de Ródão.

A denúncia terá partido de uma organização ecologista e está a ser veiculada através da comunicação social e redes sociais. Aparentemente, este foco de poluição foi primeiramente avistado na barragem de Alcântara, no passado dia 26 de junho, tendo sido agora detetado naquele concelho do distrito de Castelo Branco. Previsivelmente, a contaminação estender-se-á por todo o Rio Tejo, se nada for feito.

Algumas cianobactérias produzem cianotoxinas com um potencial de ações hepatóxica e neurotóxica, o que poderá causar, por exemplo, gastroenterites em mamíferos, onde se incluem também os seres humanos. Para isso, basta que este grupo de bactérias consiga proliferar e conte com um contexto ambiental favorável ao cenário descrito. Convém frisar que as mencionadas cianobactérias obtêm energia através da fotossíntese. Quando há alta concentração de cianotoxinas surgem consequências para os sistemas ecológicos aquáticos, uma vez que as suas comunidades são afetadas. A título de exemplo, podem vir a ocorrer episódios involgares de mortandade de peixes ou outros animais. Caso estas toxinas se apresentem nas águas captadas para abastecimentos domésticos, ou em espaços utilizados para a prática da pesca ou outras atividades humanas, já inúmeros sintomas e doenças que podem ser espoletados. Isto depende, evidentemente, do tipo de toxina em causa, bem como dos níveis de concentração e via de contacto. Porém, é certo, que se nada for feito, poderemos deparar-nos com um problema de saúde pública, que a todo o custo tem que ser evitado.

Há três grandes factores que propiciaram o aparecimento deste “bloom de algas”, a saber: a elevada concentração de nutrientes depositados nos fundos das albufeiras espanholas; a ausência de precipitação para colmatar os baixos níveis de água armazenada nas barragens, motivados pela subida do preço de energia no mercado espanhol; e as condições de altas temperaturas e luminosidade. Este conjunto de factores poderá explicar o fenómeno poluente

que agora tem vindo a ser denunciado.

No entanto, e do ponto de vista deste Grupo Parlamentar, a carente e inexistente ação governamental neste domínio representa um contributo decisivo para a “morte lenta” do Rio Tejo. A atuação do governo, suportado pela maioria absoluta do PS, neste domínio, nada tem contribuído para a melhoria das condições ecológicas e ambientais e à medida que os anos passam torna-se mais evidente que o rio, as populações e a economia estão a ser votados ao esquecimento, de modo a favorecer as aspirações e os lucros do setor energético. Aliás, os sucessivos incumprimentos da Convenção de Albufeira e da Diretiva Quadro de Água são habituais e são as faces mais visíveis desse posicionamento político do governo português.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática as seguintes informações:*

1. O Ministério do Ambiente e da Ação Climática tem conhecimento da situação relatada?
2. O que pretende o governo fazer para erradicar o foco de poluição supracitado?
3. O governo já pediu ou vai pedir explicações e medidas ao seu congénere espanhol?

Palácio de São Bento, 7 de agosto de 2022

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)